

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A exploração de depósitos minerais de caulino e de areias nas freguesias de Vila Seca e Milhazes, do concelho de Barcelos, abrangerá duas parcelas adicionais de terreno, por explorar, inseridas na área de concessão denominada «Gandra» (contrato C-105), atribuída à empresa MIBAL - Mina de Barqueiros, SA.

A empresa, titular do contrato de concessão desde 2007, cuja validade se estende por 15 anos (prorrogável por dois períodos de 10 anos), requereu a declaração de utilidade pública, com caráter de urgência, das duas parcelas de terreno com vista à sua expropriação, depois de ter falhado a via negocial com os proprietários. O Despacho n.º 5225/2020, de 5 de maio, emitido pelo ministério do Ambiente e da Ação Climática, veio declarar a utilidade pública das parcelas de terreno e a consequente expropriação.

Em 2007, foi identificada uma necrópole megalítica, constituída por cinco dólmens, na área de concessão mineira «Gandra». Depois de avaliar o valor patrimonial dos elementos arqueológicos, a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) emitiu um parecer no qual indicava medidas para minimizar os impactes negativos da exploração mineira. As medidas incluíam um estudo arqueológico prévio à exploração, levantamentos topográficos dos monumentos, remoção dos elementos arqueológicos, entre outras medidas consideradas imprescindíveis pela DRCN. A empresa MIBAL foi informada, em 2010, das condicionantes impostas à atividade mineira pela DRCN.

Mais tarde, o Município de Barcelos terá sido alertado sobre a destruição dos monumentos arqueológicos provocada pelos trabalhos de lavra da empresa MIBAL na área concessionada. Segundo o Ministério da Cultura, a informação recolhida pelo arqueólogo do Gabinete de Arqueologia e Património Histórico do Município de Barcelos que se deslocou ao local, permitiu concluir que houve destruição deliberada de elementos arqueológicos por aquela empresa. Desta conclusão, resultou uma participação ao Ministério Público pela DRCN contra a MIBAL - Mina de Barqueiros, SA. Desconhece-se se existem elementos arqueológicos na área onde se encontram as duas parcelas de terreno alvo de declaração de utilidade pública, pelo Despacho

n.º 5225/2020, de 5 de maio, emitido pelo ministério do Ambiente e da Ação Climática.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Cultura, as seguintes perguntas:

1. O Governo conhece a decisão do Ministério Público sobre a participação remetida pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) contra a empresa MIBAL - Mina de Barqueiros, SA, pela ação deliberada e consciente de destruição do sítio arqueológico situado na área de concessão «Gandra»?

1.1 Em caso afirmativo, qual foi a decisão do Ministério Público?

1.2 Que consequências dali resultaram para a empresa concessionária?

2. O Governo tem conhecimento da existência de elementos arqueológicos situados nas parcelas de terreno alvo de declaração de utilidade pública, pelo Despacho n.º 5225/2020, de 5 de maio, emitido pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática?

2.1 Em caso afirmativo, que medidas prevê o Governo adotar para salvaguardar os elementos arqueológicos existentes no local?

2.2 Em caso negativo, considera o Governo proceder à inspeção do local?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)